

### **3º Conatee Extraordinário Análise de conjuntura nacional**

O último Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (9º Conatee) foi realizado em São Paulo, do dia 26 ao dia 28 de agosto de 2016. Há um motivo para lembrar essa data. Um dia antes do começo de nossas discussões naquele momento, no dia 25 de agosto, teve início a etapa final do julgamento do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Senado; um dia depois do fim do Conatee, Dilma apresentou sua defesa no plenário da Casa; três dias após a eleição de nossa atual diretoria, ela foi injustamente cassada.

Passados exatos dois anos e 11 meses daquele momento histórico, essa contextualização continua sendo importante. A atual diretoria da Contee assumiu e tem gerido a entidade ao longo dos últimos quase três anos, desde o princípio, sob a égide do golpe. Se a condução de uma entidade sindical de terceiro grau do porte de nossa Confederação, representando mais de 1 milhão de professores e técnicos administrativos da educação privada em todo o Brasil, não é fácil em nenhuma circunstância, o golpismo e o rompimento do Estado Democrático de Direito dele advindo impuseram obstáculos cuja transposição é ainda mais árdua.

Na esteira do golpe mediático-judicial-parlamentar, implementa-se a lava jato, em um processo ilegítimo e fraudento de descontinuação de empresas nacionais, e, pior ainda, de condenação sem provas do ex presidente Lula, colocando sob suspeita o processo democrático republicano do nosso país.

Realizar este Conatee Extraordinário é um exercício necessário e urgente de diagnóstico, de prognóstico e de resistência — e os termos da área médica não estão sendo usados em vão. A saúde enquanto metáfora está no centro de tudo: a saúde do trabalhador brasileiro, cada vez mais usurpado de seus direitos e submetido a condições e relações de trabalho exponencialmente mais precárias, agravadas agora, a julgar pelo resultado da votação em primeiro turno na Câmara, pela completa privação do direito de aposentadoria almejada pelo governo, por sua base, pela elite empresarial e pelo mercado financeiro; a saúde das políticas educacionais imprescindíveis para o fortalecimento de uma educação pública, gratuita, crítica, democrática, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada, as quais têm sido sistematicamente desmontadas para, de um lado, atender à perseguição ideológica praticada por uma elite ignorante, retrógrada e ultraconservadora e, de outro, aos interesses do setor privatista, sobretudo das grandes empresas de capital aberto; e, por fim, a saúde das próprias entidades sindicais, violentamente atacadas pelas políticas governamentais, em benefício do capital.

Em todas essas vertentes, o diagnóstico é perverso. Os problemas sindicais não estão desassociados dos desafios da conjuntura internacional e nacional. Estamos na mais longa crise do capitalismo mundial. No final de 2014, tínhamos uma das taxas mais altas de emprego do planeta, mas, a partir do golpe de 2016, começou a restauração da política neoliberal e, com ela, a destruição da legislação trabalhista.

A vitória de Jair Bolsonaro nas urnas estabeleceu, no Brasil, um governo politicamente autoritário e economicamente voltado para a aplicação de um ultraliberalismo ortodoxo e retrógrado e de um neocolonialismo que sujeita o país novamente à política de capitulação e subserviência aos Estados Unidos e às demais grandes potências capitalistas, que havia sido superada a partir de 2003.

Além de representar uma ameaça à democracia, imbuindo-se da missão de esfacelar as instituições democráticas vigentes, o governo Bolsonaro é ainda antidesenvolvimentista e avesso à construção e ao fortalecimento da soberania nacional, lançando-se, ao contrário, num afã destrutivo que leva o país à estagnação econômica, à recessão do investimento e à aceleração da

desindustrialização. Como a questão da soberania plena e do desenvolvimento sustentável passa, obrigatoriamente, pelo fortalecimento da educação pública, gratuita e socialmente referenciada — bem como pelo investimento em ciência, em pesquisa, em cultura —, os ataques bolsonaristas a essas áreas não revelam apenas desprezo; muito menos mero descaso. Trata-se de um projeto, do qual fazem parte os cortes de verbas, tanto para as universidades federais quanto, mais recentemente revelado, para a educação básica; os descarados ensejos e benefícios dados ao setor privatista do ensino; a militarização das escolas; o apoio ao movimento Escola Sem Partido, trazido para dentro do próprio Ministério da Educação. Esse conjunto de investidas contra a educação servem a dois propósitos complementares: atender aos interesses do capital financeiro e coibir qualquer possibilidade de reflexão e pensamento crítico.

Os ataques não se dão apenas em relação à educação, atingindo de forma dura e violenta todo o conjunto da classe trabalhadora. Nesse caso, o fim dado pelo governo ao Ministério do Trabalho e Emprego foi de um simbolismo atroz. O MTE fora criado há 88 anos como órgão responsável pela promoção do emprego e do desenvolvimento nacional, amparados na garantia de relações de produção mais humanas. Sua extinção, algo que nem a ditadura civil-militar de 1964 a 1985 ousou, não apenas colocou uma pá de cal sobre esse papel — que já havia sido esvaziado nos últimos dois anos por consequência dos diversos ataques aos direitos trabalhistas desferidos pelo governo ilegítimo de Michel Temer —, mas também fechou o canal de diálogo e de denúncia e acabou com qualquer fiscalização, escancarando ainda mais as portas para a hiperexploração de trabalhadores e condições análogas à escravidão. A medida, anunciada antes mesmo da posse de Bolsonaro, prenunciou um crime e confirmou o que já se esperava desse governo, isto é, que ele se portaria a serviço do capital, do retrocesso e da cassação de todo e qualquer direito social.

Sobre as relações trabalhistas, o que vemos no Brasil é um cenário de precarização laboral crescente. No âmbito do trabalho, desde o 9º Conatee, em 2016 — que, como dito, coincidiu com a concretização do golpe —, um sem número de direitos foram solapados, seja pela reforma trabalhista de Michel Temer, seja, no momento atual, com a reforma da Previdência de Jair Bolsonaro, que o substitutivo votado na Câmara conseguiu piorar. Com ele, aumenta-se o tempo para se aposentar, limita-se o benefício à média de todos os salários, aumentam-se as alíquotas de contribuição para quem ganha acima do teto do INSS e estabelecem-se regras de transição para os atuais assalariados.

Para trabalhadores da iniciativa privada que se tornarem segurados após a reforma, fica garantida na Constituição somente a idade mínima. O tempo de contribuição exigido e outras condições serão fixados definitivamente em lei. Para todos os trabalhadores que ainda não tenham atingido os requisitos para se aposentar, regras definitivas de pensão por morte, de acúmulo de pensões e de cálculo dos benefícios também dependerão de lei a ser elaborada, o que desconstitucionaliza o sistema previdenciário brasileiro e fragiliza ainda mais os direitos da classe trabalhadora, deixando-a à mercê de governos e parlamentares que não representam os interesses do povo. Desmentindo os falsos argumentos dos que lhe são favoráveis, trata-se de uma reforma que, além de trazer distorções, não enfrenta grandes privilégios e protege os responsáveis pelo desequilíbrio fiscal.

É preciso tentar compreender por que a pressão popular, que incluiu a greve nacional da educação no dia 15 de maio e a greve geral da classe trabalhadora no dia 14 de junho, não conseguiu barrar a aprovação da reforma da Previdência na Câmara, como havia conseguido com a tentativa de Temer em 2017. Uma das hipóteses é a de que, naquele momento, estávamos perante um presidente que não havia sido eleito para o cargo, que o estava ocupando como um usurpador e cujos índices de impopularidade estavam nas alturas. Bolsonaro, por sua vez, por mais que represente um imenso retrocesso e encabece uma gestão de caráter eminentemente fascista, chegou ao cargo por meio de uma eleição direta — ou, ao menos, o simulacro de uma — e, embora parte de seus eleitores já tenha manifestado arrependimento após estes quase sete

meses de bolsonarismo no poder, outra parte, ainda ruidosa, continua a defendê-lo, ao menos enquanto ele atender aos seus interesses ou enquanto persistir o sentimento antiesquerda que se aprofundou nos últimos anos.

O conceito de simulacro, aqui, serve como uma luva. Desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016, havia uma dúvida, receosa e legítima, se as eleições de 2018 se realizariam e se as forças que orquestraram aquele impeachment ilegítimo devolveriam tão rápida e facilmente a decisão às mãos da sociedade, por meio de votação direta. A resposta que vimos nas urnas foi dúbia. As diretas supostamente aconteceram e provavelmente foram as mais significativas desde o pleito de 1989, o primeiro após o fim da ditadura civil-militar. Por outro lado, tratou-se de uma disputa eleitoral contaminada por discursos indiretos e sub-reptícios articulados para falsear a realidade e interferir na escolha de grande parte do eleitorado, tirando-lhe, ainda que ele não percebesse a manipulação, o direito e a possibilidade de avaliar e decidir por si mesmo. Ressalte-se, aqui, a marcante recusa da política, emanada por poderes dominantes, limitando-se a alimentar a desconfiança na política e nos partidos. A luta contra a corrupção, em que os fins pretensamente justificam todos os meios no sistema acusatório — haja vista a Operação Lava Jato e o escândalo revelado pelo Intercept Brasil acerca do conluio entre o juiz Sérgio Moro (não por acaso nomeado ministro da Justiça) e os procuradores da operação no Ministério Público Federal, bem como a comprovação de que a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é injusta e tem, sim, evidentes motivações políticas — transformou-se em causa única de todos os males sociais, minando a perspectiva e a esperança e fermentando o crescimento dos grupos de ultradireita.

Não foi uma eleição, mas um plebiscito, em que a escolha se deu entre dois projetos antagônicos. De um lado, a defesa da democracia, da inclusão e dos direitos sociais. No lado oposto, o fascismo, as figuras que se fizeram notáveis pela ignorância, pela difusão de mentiras (fake news), pela violência, pela crueldade, pela estupidez, pelo que existe de sórdido na natureza humana. De um lado a democracia; de outro, o autoritarismo. De um lado a civilização; de outro a barbárie — e os interesses escusos dos que a promovem.

Entre tais interesses está o do capital privado e financeiro, obviamente defensor do desmonte da Previdência Social, pública, no Brasil. E, no meio deste capital, está inclusa a grande mídia oligopólica brasileira, que, se eventualmente tem começado a criticar e ridicularizar Bolsonaro em pontos específicos, no quesito reforma previdenciária ainda parece considerá-lo bastante útil. Uma prova disso é que a greve nacional da educação, do dia 15 de maio, apesar de ter ganhado destaque na imprensa, foi tratada quase que exclusivamente como reação aos cortes de verbas para as universidades e institutos federais anunciados pelo Ministério da Educação, uma deturpação deliberada dos fatos para escamotear o movimento dos trabalhadores contra a reforma da Previdência. Se é verdade que a investida contra as universidades engrossou a mobilização, também o é que a greve foi convocada originalmente — e muito antes — em defesa do direito de aposentadoria.

Se avizinham grandes disputas eleitorais, e, o ano de 2020, reorganizará 2022. É no Município que os sinais de pobreza e busca de alternativas se materializam. O Município é espaço de se discutir programas que se projetam para os estados e união.

A estratégia é que a esquerda brasileira se apresente nas disputas eleitorais em torno de programas e pactos que garantam a unificação desse campo político. A fragmentação e acirramento no campo de esquerda levava a derrota e o avanço da direita ultraliberal. Quem paga é o trabalhador, a população com a destruição das políticas públicas e a entrega do país aos interesses do capital.

A reforma da Previdência do governo Bolsonaro busca completar a destruição de direitos iniciada por Temer com a reforma trabalhista, que instituiu uma nova e danosa forma de relação

capital/trabalho. As alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) mudaram profundamente as relações trabalhistas, enfraquecendo a Justiça do Trabalho e minando o financiamento das entidades sindicais.

A reforma trabalhista de Temer criou inúmeras modalidades de contratos precários de trabalho — incluindo contratação temporária e/ou intermitente —, sem vínculo formal com as empresas, com perda completa de direitos e a vigência de um desemprego estrutural. Além disso, tornou a terceirização ampla e irrestrita, precarizou as leis trabalhistas, impôs o negociado sob o legislado, dentre outras medidas. A Justiça do Trabalho foi cerceada e controlada pela nova legislação, o que dificulta aos trabalhadores recorrer às instâncias do Judiciário para reaver parte de seus direitos negados pelo capital. Para além disso, voltou sua ofensiva para a desmontagem do financiamento das entidades sindicais, estrangulando toda a sua estrutura, em consonância com o Supremo Tribunal Federal (STF), que já havia permitido a contribuição negocial ou assistencial somente para os filiados aos sindicatos, quebrando o princípio da isonomia.

Bolsonaro aprofunda essa crise. Além da extinção do MTE, já mencionada aqui, vale lembrar ainda que o governo anunciou, desde a campanha eleitoral, a pretensão de implantar uma carteira profissional verde-amarela, a qual oficializaria o trabalho precarizado e terceirizado. Enquanto isso, o Brasil, pela primeira vez, está incluído na lista dos dez piores países do mundo para os trabalhadores, situação agravada pela substituição crescente do trabalho pela automação, sobretudo no setor de serviços, onde estão 70% do trabalho e onde as funções laborais tendem a desaparecer.

Esse é o diagnóstico. E o prognóstico não será melhor se não houver resistência. Desde a posse de Temer, que possibilitou a eleição de Bolsonaro, os sindicatos têm sido atacados pelas políticas governamentais, em benefício do capital. A estrutura e organização sindical no Brasil se tornaram, nos últimos 40 anos, tema presente no cotidiano dessas entidades. O assunto engloba as estruturas horizontais e verticais e todo o complexo sistema organizativo sindical dos assalariados.

A organização por local de trabalho continua sendo o maior desafio, ainda hoje muito debilitada e distante da realidade dos trabalhadores. Portanto, a necessidade de estruturação e enraizamento dos sindicatos nos locais de trabalho é um objetivo permanente a ser alcançado.

A pulverização de milhares de pequenos sindicatos de categoria é outro permanente desafio para a nossa estrutura sindical. A unicidade sindical, que deveria conter a expansão sindical e o pluralismo, em certa medida favoreceu uma lógica sempre defendida pelo capital como referência para a representação sindical dos trabalhadores, ou seja, sua fragmentação em pequenas e frágeis estruturas. Os sindicatos por empresa sempre foram um sonho acalentado pelos ultraliberais, que consideram que a organização sindical deve estar atrelada à organização do capital e de seus interesses cumulativos.

As estruturas verticais — centrais, confederações e federações — são outros imprescindíveis e decisivos instrumentos na estruturação e organização da luta e resistência dos trabalhadores. Neste momento, são ainda mais importantes, devido à permanente movimentação do capital que busca a concentração e a centralização, seja através de monopólios, oligopólios ou cartéis, constituindo-se em grandes empresas regionais, nacionais e internacionais.

Ao longo do tempo, as centrais sindicais estiveram presentes nas grandes lutas dos trabalhadores e nos momentos decisivos da história, mas somente no governo Lula alcançaram a condição de legalidade, pois a elite política e empresarial brasileira sempre buscou interferir e dificultar sua existência. Mesmo diante de todas as dificuldades, os trabalhadores brasileiros conquistaram e

organizaram poderosas centrais sindicais, referência mundial, que interferiram de forma decisiva nos destinos do país nas últimas décadas.

Por isso mesmo, um dos pilares dessa suposta “nova ordem política” que derrubou a presidenta Dilma quando de nosso último Conatee — e que é tão velha, no Brasil, quanto uma das naus da esquadra de Pedro Álvares Cabral — tem sido precisamente o ataque aos trabalhadores e suas organizações sindicais. Daí a reforma trabalhista, daí a extinção do Ministério do Trabalho, daí a reforma da Previdência, daí a conivência do STF, daí o achaque à ação sindical.

Centrais, confederações, federações e sindicatos precisam ampliar o debate sobre o financiamento das entidades. Os próprios trabalhadores vão reconhecendo as trapaças e mentiras ditas pelos representantes do capital. A contrarreforma trabalhista de Temer, a deformação da Previdência de Bolsonaro, a expansão do capital privado na rede de ensino, a constituição de grandes conglomerados no setor, as dificuldades impostas pelas novas relações de trabalho, o avanço do fundamentalismo na educação, o modelo privatista do atual governo, a desregulamentação proposta por ele, a privatização das escolas públicas etc. colocaram a Conatee no centro da luta política e sindical. O fortalecimento político e material da entidade será decisivo para o avanço de toda a estrutura política e organizativa dos professores e auxiliares da educação privada no país.

A esse fortalecimento está ligada toda nossa batalha por uma urgente e decisiva retomada do crescimento econômico; pela valorização do trabalho e contra os retrocessos imputados pela reforma trabalhista já aprovada e pela reforma da Previdência ainda em tramitação; por uma educação pública e de qualidade como fator detonador de lutas que congregam forte anseio popular, amplificador da frente política mais extensa, meio estrutural que garante o objetivo desenvolvimentista desde agora e, sobretudo, a prazos mais longos; pela preservação da Seguridade Social; por uma sociedade mais justa, humana e fraterna. Se o capital pensa na perspectiva de flexibilizar mais, fragmentar mais, fazer com que as relações se tornem mais e mais individualizadas e instáveis, nossa tarefa é fazer o contrário. A Conatee passa a ser não só uma necessidade política, como já é historicamente, mas uma necessidade organizativa para enfrentar esse conjunto de dificuldades, para organizar de forma coletiva nossa ação política.

Faz-se imprescindível, portanto, o envolvimento da Conatee e a participação efetiva da Confederação e das entidades filiadas no sentido de:

- defender o Estado Democrático de Direito consagrado na CF de 1988 e as conquistas sociais alcançadas, em especial, nos governos populares de Lula e Dilma;
- atuar para a construção de uma frente ampla de combate ao projeto ultraliberal e antidemocrático em curso no Brasil;
- lutar pela imediata e total revogação da Emenda Constitucional 95, em defesa, sobretudo, da saúde e da educação;
- defender a educação pública e gratuita como direito e combater a mercantilização, a financeirização e a desnacionalização do ensino;
- combater os processos de privatização dos bens públicos no Brasil;
- defender a liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação, colocando-se contra a censura e a perseguição;
- participar ativamente das eleições municipais em 2020, buscando reverter a correlação de forças nos municípios;
- lutar pela restauração dos direitos trabalhistas usurpados pelas alterações na CLT e combater a reforma da Previdência;

- 
- lutar contra os ataques à estrutura sindical e por um sindicalismo independente do Estado, comprometido com a luta pelos direitos dos trabalhadores da educação privada e do conjunto da classe trabalhadora no Brasil e no mundo;
  - organizar e realizar o X Conatee em 2020, tendo como principal diretriz a unidade e o fortalecimento da organização da entidade para se fazer frente aos desafios decorrentes da conjuntura adversa provocada pelo governo atual.
  - A Contee deve denunciar os parlamentares e partidos que atacam permanentemente os interesses dos (as) trabalhadores (as) e se empenhar para incentivar, apoiar e defender candidaturas de frente ampla agregadas na defesa de direitos, da democracia e da soberania nacional em oposição a agenda neoliberal.
  - A Contee deve se somar na campanha Lula Livre como manifestação e luta contra o ataque a democracia.